

32ª Reunião Brasileira de Antropologia

GT 62 - Novos conservadorismos, populismos e liberalismos: perspectivas etnográficas

“O fruto da vida é sagrado”: a terra na campanha de Jair Bolsonaro

Laara Carneiro¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o programa de governo “O Caminho da Prosperidade” do Partido Social Liberal e as redes sociais *Twitter* e *Facebook* do então presidente Jair Bolsonaro em 2018 acerca de diferentes aspectos que entendemos compor o debate agrário no Brasil. A pesquisa busca lançar luz à importância de olhar para a questão da ‘terra’ considerando a existência das muitas perspectivas que o termo pode evocar, em contraste com uma construção populista de povo que o hoje presidente e seu então partido propunham enquanto projeto de governo. Ressalto a ontologia-mercantil do liberalismo clássico enquanto elemento para o estabelecimento da fronteira política no projeto eleitoral do candidato; a propriedade privada enquanto eixo central deste projeto; uma articulação hegemônica entorno do agronegócio e um complemento à ideologia neoliberal de mercado enquanto marcas de um populismo que, respaldado por um discurso securitizador, constitui a base da narrativa acerca do agrário na campanha política sob análise.

Palavras-chave: terra; populismo; O Caminho da Prosperidade; Jair Bolsonaro

Introdução

Este trabalho faz parte de um processo inicial de pesquisa que tem como objetivo confrontar o populismo na comunicação política com a multiplicidade de relações com a terra que podemos encontrar no campo dos estudos e experiências agrárias no Brasil contemporâneo. A ideia para essa pesquisa surge de uma entrevista que Bruno Latour dá em 2013 para o jornal *O Globo* acerca da questão ambiental – nela ele afirma que para endereçar o problema é preciso “acentuar o caráter conflituoso antes de entrar em negociações” (Latour in Eichenberg, *O Globo*, 2013). Pretendo, assim, apresentar a ‘questão da terra’ no Brasil de forma análoga a esta perspectiva – são muitas as terras que coexistem no espaço agrário brasileiro – e neste emaranhado de diferentes mundos que o termo confere, são também muitos os conflitos que se interpelam no plano agrário. É a partir desta paisagem que introduziremos o discurso de campanha de Jair Bolsonaro nas últimas eleições.

¹ Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, Portugal.

De 2013 aos dias atuais, entretanto, muitas transformações se deram em termos políticos no Brasil e no mundo. Vimos nos últimos anos a ascensão de governos de extrema direita em diferentes regimes políticos e democracias liberais (ou “proto-liberais”) e de candidatos, cujos discursos populistas vieram a se adequar ao uso das novas tecnologias da comunicação e da informação (Gerbaudo, 2019)². No Brasil, observamos recentemente este fenômeno a partir da campanha e posterior eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república (Cesarino, 2018; 2020). Pronunciamentos direcionados a movimentos sociais e povos tradicionais despertaram o interesse pelo estudo do período eleitoral de 2018 tendo como escopo a questão da terra e sua relação com coletivos outros que não se encontram sob a lógica liberal (Locke, 1690) e neoliberal de mercado (Harvey, 2005).

O que pretendo abordar nas páginas que seguem é alguns dos principais elementos do discurso de Bolsonaro e seu programa de governo que envolvem as temáticas aqui apresentadas, buscando discuti-las a partir de diferentes características atribuídas ao populismo pelos cientistas políticos Cas Mudde (2003) e Ernesto Laclau (2005), contrapondo estas dimensões à ideia de alteridade cultural radical mobilizada por Eduardo Viveiros de Castro (2012) e sua relação com o agrário que este texto assume. Tratando-se o populismo de um conceito bastante debatido, em alguma medida sobre-categorizado e controverso, antes de entrar na análise da campanha propriamente dita, dedicarei algumas palavras acerca da definição do referido fenômeno que mobilizarei neste texto.

Em termos de recolha e análise de dados, esta pesquisa foi realizada a partir da leitura do programa de governo do Partido Social Liberal (PSL) “O Caminho da Prosperidade” da campanha “Deus acima de todos, Brasil acima de tudo”, bem como pela busca de palavras-chaves relativas ao tema em três diferentes fontes: no referido programa e nas contas do então presidenciável nas redes sociais *Twitter* e *Facebook* entre janeiro e outubro de 2018. Os termos procurados – relacionados à questão agrícola, econômica, ambiental, sociocultural e moral da terra – foram trabalhados observando seu texto e contexto, a partir da ideia de que estas dimensões não se apresentam, entretanto, independentes umas das outras – tal divisão é útil apenas em termos metodológicos. Efetivamente, para compreender os conflitos que se

² Em outro texto, Gerbaudo (2018) traz-nos a ideia de “afinidade eletiva” para explicar a relação entre as redes sociais e o fenômeno do populismo. O termo é introduzido por Weber (1922) nas ciências sociais para explicar “as conotações de escolha recíproca, atração e combinação” (Löwy, 2004 [2011]: 131) entre dois elementos diferentes.

desdobram sobre a terra no Brasil – inclusive no âmbito da comunicação de campanhas políticas –, nos parece uma exigência a não compartimentalização de tais esferas³.

Populismos

Gidron e Bonikowski (2013) apresentam-nos um amplo panorama de diferentes, não necessariamente excludentes, propostas de abordagem do fenômeno do populismo – este enquanto ideologia política, estilo discursivo, estratégia política, etc. Há um grande desafio, segundo os autores, em definir o fenômeno, que passa pela descrição de “movimentos políticos, partidos, ideologias, e líderes através de contextos geográficos, históricos e ideológicos [distintos]” (2013: 3). O desafio constitui-se, continuam, em entendermos como o contexto condiciona a construção populista e como esta por sua vez influenciará a política. É um exercício similar o que esta pesquisa pretende iniciar – olhar para a comunicação da campanha de Bolsonaro a partir de seu texto, contexto e possíveis (hoje mais claras) implicações, em um processo interacional não linear e unidirecional entre estes elementos.

Utilizaremos aqui, primordialmente, a definição trazida por Cas Mudde (2003) de que o populismo constitui, em breves linhas, “uma ideologia subsidiária [encontrar-se-á sempre combinada a outra ideologia para subsistir], que considera a sociedade enquanto dividida em dois campos antagônicos e homogêneos, um ‘povo puro’ versus uma ‘elite corrupta’, e que argumenta que a política deve expressar a ‘vontade geral’ do povo” (p. 543). Estas linhas ficarão mais claras e serão desenvolvidas na seção que segue, quando da análise em si dos dados recolhidos.

Apesar de divergente em alguns pontos – dos quais saliento a base ideológica e moral do populismo em Mudde (2003) e sua utilização categórica do adjetivo “homogêneo” acerca dos campos em que o populismo divide o político –, faz-se também importante na construção conceptual do fenômeno que utilizo neste texto a constituição de povo sob a lógica do populismo (e do político em si) de Ernesto Laclau (2005). O autor define esta constituição de povo no projeto populista a partir de três principais variáveis: “relações equivalenciais representadas hegemonicamente através de significantes vazios; deslocação das fronteiras internas através da produção de significantes flutuantes; e uma heterogeneidade constitutiva que torna impossíveis as explicações dialéticas e outorga sua verdadeira centralidade à articulação política” (2005: 197).

³ Aqui a imagem da banda de Möbius já amplamente mobilizada por diversos autores parece-me uma boa ilustração desta ideia.

Não obstante fundamental, na análise que aqui proponho, considero que a diferenciação entre uma abordagem ideológica e outra no âmbito da construção discursiva de uma articulação política não se fazem necessariamente excludentes. A formação de uma ‘cadeia equivalencial de demandas’, em seu sentido laclaniano – neste caso organizada pelo o que Mudde e Kaltwasser (2017) chamariam de “lado da oferta”, aqui ilustrado pelo programa de governo analisado – coabita com a ideia de que tal construção é feita em acordo com, e não a despeito de, uma “ideologia-mãe” neoliberal, como também buscarei explicar a seguir.

A articulação hegemônica proposta pelo programa “O Caminho da Prosperidade” (PSL, 2018) apresenta-se nos pronunciamentos de seu então presidenciável nas redes sociais *Twitter* e *Facebook* melhor concebida, entretanto, se pensamos na construção de fronteiras políticas dicotômicas que não pressupõem uma homogeneidade total, tal como advogado por Mudde (2003). E aqui mobilizaremos, então, a ideia de que é incontornável (e desejável do ponto de vista do projeto político que a articula) a existência de coletivos heterogêneos dentro de um mesmo ‘polo’ quando do construto hegemônico na formação populista do político (Laclau, 2005), ponto a ser ilustrado na quarta seção deste texto – dedicada à análise dos discursos de Jair Bolsonaro nas redes sociais acima citadas.

Sem estender-me mais em explicações conceituais, passo às análises, onde, acredito, este paradigma amplamente contestado dentro dos estudos políticos apresentam-se de forma mais clara nas relações que Bolsonaro e seu então partido propuseram para tratar as questões agrárias em seu governo.

Terra no programa de governo do PSL

Buscou-se identificar no programa de governo “O Caminho da Prosperidade” as palavras-chaves terra; meio ambiente; propriedade; agricultura (e termos voltados à alimentação e relações culturais); e povos tradicionais – incluindo povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, entre outros, a fim de analisá-los à luz das definições de populismo delimitadas na seção anterior (Mudde, 2003; Laclau, 2005) e de alternativas teóricas à proposta do programa analisado.

A primeira palavra-chave procurada, “terra”, homônima ao tema deste trabalho foi encontrada apenas uma vez, inserida na passagem que aqui cito: “Os frutos materiais dessas escolhas, quando gerados de forma honesta e numa economia de livre iniciativa, têm nome: PROPRIEDADE PRIVADA⁴! Seu celular, seu relógio, sua poupança, sua casa, sua moto, seu carro, sua terra são os frutos de seu trabalho e de suas escolhas! São sagrados e não podem ser

⁴ Grifo do original.

roubados, invadidos ou expropriados!” (PSL, 2018: 4). Vale referir, a passagem encontra-se sob a subseção denominada “O Fruto da Vida é Sagrado”; esta, por sua vez, sob a seção “Valores e Compromissos”.

Apesar de filha única, essa passagem introduz-nos algumas reflexões importantes – reiteradas ao longo do programa. Aqui já é possível perceber qual será o que, no texto, para Mudde (2003) é denominado *heartland* na construção populista. Com o centro de apoio de seu programa na ideia liberal de propriedade privada, o então partido de Bolsonaro passará a construir toda a sua ideia de unidade política no que diz respeito às questões agrárias em torno desse significante. Para melhor compreender as camadas contidas nesta afirmação, nos parece importante remeter algumas notas sobre o que diz John Locke acerca do conceito mencionado em caixa alta pelo então presidenciável. Propriedade privada no texto dialoga diretamente com o conceito no filósofo contratualista: faz parte dos “frutos de seu trabalho” (PSL, 2018). Na ontologia liberal clássica, o que é chamado “a propriedade do trabalho” sobrepõem-se hegemonicamente à “comunidade da terra” (Locke, 1690: cap. 5, sec. 40). Apesar de inicialmente constituir um bem comum de toda humanidade, em Locke, cada ser humano tem o direito – e o dever, postulado por Deus – de trabalhar esta mesma terra, submetendo-a às suas necessidades e, assim, transformando a fração trabalhada (bem como os frutos e caças dela colhidos e abatidos) em sua propriedade.

Entendo que limitando o termo terra à expressão propriedade privada o programa de governo analisado começa a estabelecer sua fronteira política, colocando para além deste limiar – que consideraremos “flutuante” (Laclau, 2005), como veremos na seção a seguir – todos os coletivos que não possuam esta relação de domesticação e subjugação da terra a partir do trabalho. A dicotomia começa então a ser desenhada entre estes e ontologias outras que pressupõem antes uma “anti-domesticação” da terra e de si mesmos, como descrito por Manuela Carneiro da Cunha (2017), por exemplo, acerca de agricultores indígenas na Amazônia. Opondo-se ao direito à propriedade privada em Locke (1690) temos, assim, estes coletivos que compartilham os direitos sobre a terra com outros seres sencientes e que evitam a hegemonia dos interesses humanos ao experimentar o território (Cunha, 2017: 133). Temos, ainda, os que nas palavras de António Bispo dos Santos, não tem o trabalho “como um instrumento de castigo” (2015: 31), tal como o povo eurocristão monoteísta o tem. Outro exemplo desta multiplicidade pode ser observada entre coletivos que reconhecem em entes não humanos o atributo de “dono”, como é o caso da “ontologia-*Caipora*”, mobilizada por Mauro Almeida (2013). Com efeito, aqui há todo um “mosaico de sociodiversidade e de biodiversidade”

(Almeida, 2007: 21) que não poderá assumir qualquer lugar na “cadeia equivalencial” (Laclau, 2005) que o programa de governo começa a rascunhar acerca do agrário.

No trecho, é possível constatar também o crescendo de uma narrativa de crise, incutindo urgência e importância à mensagem populista e facilitando o sucesso de sua proposta (Mudde e Kaltwasser, 2017: 106). O candidato promete proteger seu povo – os donos da terra segundo a lógica liberal e mercadológica – do roubo, da invasão e da expropriação. Observamos neste e em outros trechos do programa um esforço pela securitização do debate agrário. Aqui penso na ideia de securitização a partir da contribuição que Simon Dalby (1997) dá acerca da questão da segurança no pós-II Guerra. Saliento deste debate a importância de confrontar-nos com a pergunta “segurança de quem?” (Dalby, 1997: 6) e do discurso securitizador enquanto prática política, alinhado ao argumento de Mudde e Kaltwasser (2017). Esta construção narrativa funciona, aqui argumento, enquanto objetivação da ideologia à qual o populismo que estamos tratando encontra-se vinculado. Não estando a “ontologia-mercantil” (Almeida, 2013) propriamente ameaçada nos governos anteriores⁵, a retórica aqui funciona como um compromisso tácito que o partido estabelece com a Frente Parlamentar Agropecuária, bancada que então reunia 261 deputados do Congresso Federal e que declarou apoio a Bolsonaro em outubro de 2018 (Sardinha in Congresso em Foco, 2018).

Voltando-nos para a ontologia mercantilista em que, para Mauro Almeida (2013), “o pressuposto é que todo ente é conversível em dinheiro – o dinheiro-valor é a textura que interliga todo e qualquer objeto” (Almeida, 2013: 21)”, argumento que essa reflexão também vai ao encontro do eixo central do populismo construído no programa de governo analisado – a terra enquanto propriedade privada liberal – e do conseqüente desígnio do dinheiro em Locke. Para o filósofo, a apropriação de terra que ultrapassasse a necessidade de seu proprietário e que resultasse no desperdício e na destruição de seus frutos seria desonesto. No entanto, a conversão destes entes em prata e ouro apresentam-se como solução para a desonestidade do desperdício: o que antes seria considerado roubo, torna-se uma prática não só honesta, como desejável.

através de um consentimento tácito e voluntário, eles descobriram e concordaram em uma maneira pela qual um homem pode honestamente possuir mais terra do que ele próprio pode utilizar seu produto, recebendo ouro e prata em troca do excesso, que podem ser guardados sem causar dano a ninguém; estes metais não se deterioram nem perecem nas mãos de seu proprietário (Locke, 1690, Cap V, sec. 50).

Como última reflexão acerca desta passagem, reiteramos o valor moral que Bolsonaro atribui a seu povo e a seus opositores – conquanto o que será a elite a quem se opor ainda não

⁵ Sobre a questão agrária nos governos anteriores ver Mello, 2018.

esteja claro neste trecho – sabemos que seu eixo central e os que a eles estão vinculados são sagrados (intocáveis). Para Mudde, os “opponentes [do povo] não são somente pessoas com diferentes prioridades e valores, são *malignos!*” (2003: 544), há uma atribuição de valor moral aos campos dicotômicos em sua construção populista. Da mesma forma, lembrando que a passagem encontra-se na subseção “Valores e Compromissos” sob o título “O Fruto da Vida é Sagrado” (PSL, 2018: 3-4), traço a seguir uma conexão ‘insuspeita’⁷ entre a narrativa da árvore da vida – e da traição de Adão e Eva – na Bíblia e o trecho aqui analisado.

Sugiro então, como experiência especulativa, a hipótese de haver uma elipse no subtítulo “O Fruto da Vida é Sagrado”, referindo-se a oração ao fruto da árvore da vida, plantada no jardim do Éden junto à árvore proibida do conhecimento do bem e do mal (Gn 2, 9). Na conhecida história, Adão e Eva comem o fruto da última árvore, desrespeitando assim o compromisso estabelecido com Deus. Como consequência, Adão tem a terra amaldiçoada e nela é condenado a trabalhar, com sofrimento, para que dela possa extrair seu alimento e, ainda, passa a ter proibido o acesso à árvore da vida e a seus frutos – guardados impiedosamente por querubins com espadas – armas – de fogo (Gn 3, 17-19). Cria-se aqui, em termos retóricos, uma dicotomia religiosa entre os que fazem parte de um grupo moral que teme e respeita a Deus – ao deus “eurocristão monoteísta” (Santos, 2015) – e os que a Ele desobedece(ra)m. A retórica utilizada no programa de governo faz-se, assim, uma vez mais primordial para a reiteração da fronteira política de Bolsonaro e do povo com quem constrói seu projeto político.

Trazendo uma reflexão reversa acerca desta narrativa, a partir dos que não se encontram dentro do campo político definido pelo texto “O Caminho da Prosperidade”, apresenta-se a ideia de cosmofobia concebida por António Bispo dos Santos:

O Deus da Bíblia, ao expedir e executar essa sentença, condenou o seu povo a penas perpétuas e indefensáveis, portanto, precisamos analisar essa leitura com certo detalhamento. Senão vejamos: ao amaldiçoar a terra e determinar uma relação fatigante entre o seu povo e a terra, classificando os frutos da terra como espinhos e ervas daninhas e impondo aos condenados que não comam de tais frutos, só podendo comer das ervas por eles produzidas no campo com o suor do seu próprio corpo, o Deus da Bíblia, além de desterritorializar o seu povo, também os aterrorizou de tal forma que não será nenhum exagero dizer que nesse momento ele inventou o terror psicológico que vamos chamar aqui de cosmofobia (Santos, 2015: 31).

Bispo, recentemente, reafirmando o posicionamento antipodal entre estas duas cosmovisões profere: “a sociedade euro-cristã não confia que o rio guarda os peixes porque só acreditam no

⁶ Grifo no original.

⁷ Que, reconheço, talvez improvável se pensarmos na concepção do texto “O Caminho da Prosperidade”, mas que defendo plausível se considerarmos o efeito-propósito dessa associação.

que vem do trabalho-castigo (...). O Povo de Kalunga não é da acumulação porque não tem a terra como maldita, mas como sagrada. Acreditamos nas nossas divindades, por isso não temos a cosmofobia” (Santos, 2020)⁸.

Nesse momento da análise, já encontramos melhor delimitada a divisão dicotômica na construção do agrário no programa do então partido de Jair Bolsonaro. De um lado, temos os povos para os quais a terra não está subjugada, para os que nela desenvolvem diferentes relações envolvendo humanos e não humanos, e a própria terra. De outro, o povo que se quer constituir em torno do significante propriedade privada – uma fração de terra subjugada pelo trabalho, onde as trocas mercantis e financeiras fazem-se prioridade. De um lado, os povos que têm como solução ao acúmulo, a guarda dos frutos da terra pelo próprio cosmos (Santos, 2020); do outro, os que veem nas trocas mercantis a sua resposta (Locke, 1690).

Outra passagem do programa afirma que deverão ser retiradas “da Constituição qualquer relativização da propriedade privada, como exemplo nas restrições da EC/81” (PSL, 2018: 32). A saber, a emenda constitucional citada pelo programa do PSL dispõe em parágrafo único:

As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º (Brasil, 2014, Art. 1º).

O trecho apresenta, assim, o papel que assume a propriedade privada no programa de governo bolsonarista – colocando-a acima, inclusive, do crime de exploração de trabalho escravo e da Constituição Federal. O discurso utilizado pelo partido engaja-se no que Mudde e Kaltwasser (2017) atribuem como inerente ao populismo: uma hostilidade às ideias e instituições da democracia liberal⁹ ou constitucional. Segundo Mudde, o “populismo constitui uma crítica mordaz às limitações democráticas dentro das democracias liberais” (2003: 561). A “vontade geral do povo” – não de qualquer um, mas do que pertence à fronteira política do partido e de seu candidato – deve prevalecer e qualquer “proteção constitucional das minorias

⁸ Metafísica na Rede Debate: Cosmopolítica e Cosmofobia. Debate com Marcio Goldman e Antônio Bispo dos Santos. Mediação Priscila Borges e Vânia Silva. Organização Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Metafísica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBlhkKzzHmo>

⁹ Mudde e Kaltwasser reiteram que o populismo em si não está em contradição com a democracia em seu sentido macro, ou com a democracia representativa (da qual inclusive se beneficia), mas em específico com a democracia liberal (2017: 80-96).

e a independência (da política e, portanto, do controle democrático) de instituições-chave do Estado (ex. o judiciário, o banco central)” (Ibidem) deve ser rejeitada sob a lógica populista¹⁰.

Em relação ao termo “meio ambiente”, a passagem encontrada anuncia a mudança na estrutura orgânica dos ministérios que o atual governo concretizaria em janeiro do ano seguinte, quando a pasta da agricultura passa a abranger alguns dos órgãos responsáveis por gerir “Recursos Naturais e [o] Meio Ambiente Rural” (PSL, 2018: 68)¹¹. A passagem demonstra o papel (único) que o termo viria a constituir no governo de Bolsonaro, associado à sessão “Economia e Infraestrutura” e à subseção “Agricultura”. A tradução do termo enquanto “recurso”¹² para a agricultura (que, veremos, não qualquer agricultura, mas para o agronegócio) expõe mais uma vez a ontologia à qual se volta o político no partido eleito.

Já o vocábulo “ambiental” aparece na mesma seção, desta vez relacionado ao gargalo que estaria a enfrentar o setor de energia do país: “UM EXEMPLO¹³: As Pequenas Centrais Hidrelétricas têm enfrentado barreiras quase intransponíveis no licenciamento ambiental. Há casos que superam os dez anos. Faremos com que o licenciamento seja avaliado em um prazo máximo de três meses” (PSL, 2018: 71). O meio ambiente aparece, portanto, como um obstáculo a ser transposto e o estilo discursivo empregado mais uma vez aponta a construção de uma retórica de crise. Argumento aqui que esta retórica, por sua vez, demonstra a urgência do projeto político analisado em estabelecer uma “terra arrasada” (Almeida, 2013: 25) ou *terra nullius*, extinguindo da paisagem “os emaranhamentos nativos, humanos e não humanos” (Tsing, 2019: 186) que a constituem. A passagem nos mostra que mais uma vez a única composição possível será a que melhor se submeter à ontologia-mercado. Meio-ambiente e seus correlatos interessam aqui somente no que diz respeito à infraestrutura econômica – título da seção sob análise – e esta, por sua parte, nada dirá sobre relações natureza-cultura e modos de cultivá-la e vivenciá-la que não a determinada pelas trocas capitalistas.

Voltando ao que consideramos ser o eixo central (*heartland*) do populismo de Bolsonaro – a propriedade privada –, bem como todos os termos relacionados à questão agrícola, estas

¹⁰ Silvio Waisbord (2018), por exemplo, reconhecerá no populismo um risco à comunicação democrática; Pierre Rosanvallon (2011), buscará defender um projeto democrático destes mesmos riscos do populismo; etc.

¹¹ Por exemplo, temos o Serviço Florestal Brasileiro, que sai do Ministério do Meio Ambiente e passa a ser controlado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

¹² Para uma maior reflexão acerca desta questão, ver Marisol de la Cadena, “Natureza incomum: histórias do antropego”. Acerca dos guardiões das lagoas no norte dos Andes do Peru, a antropóloga afirma: “Muitos guardiões morreram nessa defesa, tornando público outro exemplo da guerra contra aqueles que se opõem à tradução da natureza em recursos” (2018: 107).

¹³ Grifo no original.

aparecem, comparativamente aos demais, em absoluta maioria. Foram seis vezes citadas a palavra “propriedade” e nove vezes citados os termos relacionado à palavra “agricultura”. Das seis menções à palavra “propriedade”, cinco referem-se à propriedade privada e uma à privatização de terras da União. Das cinco referências à propriedade privada, todas se inserem, tal como analisado acerca do termo terra, no âmbito da securitização deste debate. Três destas cinco encontram-se explicitamente na seção “Segurança e combate a corrupção”.

Já em relação às nove menções à “agricultura”, sete encontram-se sob a seção “Economia e Infraestrutura” (PSL, 2018: 50) e nenhuma parece prever a existência de técnicas agrícolas e cultivares autóctones e integrados às ecologias locais. Reiteram, assim, através de uma monocultura do discurso, um panorama que exclui todo e qualquer coletivo alheio à lógica neoliberal de mercado (a que voltaremos e explicaremos mais a frente). Não foram mencionadas as expressões povos tradicionais, povos indígenas, índios, ribeirinhos, comunidades ribeirinhas, quilombos ou quilombolas, caiçaras ou qualquer outro coletivo que mantenha com a terra relações outras que não mercantis. O programa de governo, seu projeto político, não incluía, assim, a heterogeneidade de coletivos natureza-cultura que coabitam o espaço agrário do país. Já os movimentos sociais de luta pela terra e por um outro modelo de produção estão implicitamente referidos na passagem, cujo discurso especialmente securitizador e assertivo promete “Tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro” (Ibidem: 32).

A página do programa intitulada “Agricultura – uma proposta de mudança – um novo modelo institucional”, que apresenta em linhas breves e vagas as ideias do partido para este setor, poderia indicar certa atenção e alinhamento do mesmo à agricultura familiar: “O Estado deve facilitar que o agricultor e suas famílias sejam os gestores do espaço rural” (Ibidem: 68). O primeiro (em suas palavras) e único (constatado a seguir) passo que o partido apresenta neste sentido, entretanto, é reunir todas as instituições do Estado que tem ingerência sobre o assunto em uma só pasta. No ano seguinte – e já indicado pelos demais aspectos do programa de governo, posicionamento de seu candidato e apoio da bancada ruralista – confirmamos que o programa referia-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob o comando da então presidente da Frente Parlamentar da Agricultura Tereza Cristina. As famílias aqui contempladas condiziam, portanto, com a articulação política de povo já exposta em outras ocasiões desta análise. Nesse momento a propriedade privada, o qual também podemos atribuir-lhe a condição de *significante vazio* que Laclau (2005) descreve-nos, dentre os que a sacralizam, manifestam em sua *práxis* política a hegemonia – “a parte que representa o todo” (Laclau, 2005)

– do modelo de produção e relação do agronegócio, de suas famílias, monoculturas e ontologias-mercado.

Levando em consideração o contexto político-econômico do parlamento, seu apoio ao candidato e a retribuição retórica do programa de governo sob análise, sugiro, por fim, que a ideologia principal (Mudde, 2003) a qual está vinculado o populismo de Bolsonaro – no que tange as questões agrárias – corresponde ao neoliberalismo. Este, cujo substrato remonta o aqui explorado pensamento liberal clássico, mas que dele se difere e o extrapola¹⁴, tem também em seus pilares uma direta ligação ao tema agrário de que trata esta pesquisa. O geógrafo David Harvey apresenta – como mecanismos de funcionamento do neoliberalismo – uma longa lista, cujo conjunto de práticas (atuais) denomina “acumulação por espoliação”:

a continuação e proliferação de práticas de acumulação que Marx tratou como primitivas ou originais durante o surgimento do capitalismo¹⁵. Estas incluem a comodificação e a privatização da terra e a expulsão de sua população campesina (...); a conversão de diferentes formas de direitos de propriedade (comuns, coletivos, estatais, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada (...); a comodificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (indígenas) de produção e consumo; os processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de recursos (incluindo os recursos naturais); a monetização das trocas e da tributação, particularmente da terra (...) (Harvey, 2005: 159).

Nesta altura já temos melhor definidas as fronteiras políticas construídas pelo programa de governo; o eixo central (Mudde, 2003) ou significativo vazio (Laclau, 2005) sob o qual orbita a construção de povo no que tange as questões agrárias do populismo de Bolsonaro; a hegemonia que ali se articula e a ideologia-mãe à qual se vincula. Reconheço, assim, a ontologia-mercantil, a propriedade privada, o agronegócio e o neoliberalismo, respectivamente, como aspectos-chaves de minha análise, que complemento a seguir a partir dos pronunciamentos nas redes sociais do então candidato Jair Bolsonaro.

Terra no *Facebook* e *Twitter* de Jair Bolsonaro

Através do programa *Crimson Hexagon* foram recolhidos pronunciamentos de Bolsonaro que contivessem as mesmas palavras-chaves selecionadas na análise do texto acima discutido. Foram explorados os conteúdos das postagens realizadas por Bolsonaro no *Twitter* e *Facebook* entre o primeiro dia de 2018 até a data da votação do segundo turno das eleições presidenciais no Brasil, 28 de outubro daquele ano. A análise que segue será mais breve, visto que a abordagem anterior e esta acabam por interseccionar-se na maioria de seus aspectos.

¹⁴ Sobre liberalismo e neoliberalismo ver Tatiana Figueiredo, “Do liberalismo ao neoliberalismo: as influências do ideário liberal na conformação da Escola de Chicago” (2009).

¹⁵ E que Rosa Luxemburg no início do século XX já defende como contínuas e não limitadas à acumulação primitiva do capital (ver Luxemburg, 1970 [1913]).

Sobre a palavra-chave terra, tema deste trabalho, foram encontrados três pronunciamentos, sendo um deles, às vésperas do segundo turno das eleições, trecho retirado e já analisado do programa de governo “O Caminho da Prosperidade”, sem qualquer alteração de forma ou de conteúdo¹⁶. Reforça-se, assim, a ideia e a estratégia política do candidato, para quem o conceito de terra está intrinsecamente relacionado ao de propriedade privada. Os outros dois serão analisados em conjunto com os trechos referentes às terras quilombolas e indígenas, por fazerem referência às demarcações destes territórios.

Foram três também os pronunciamentos encontrados referentes à questão ambiental na plataforma *Twitter*. Um deles refere-se à fusão que o atual presidente tentaria concretizar em 2019 entre os Ministérios da Agricultura e do Meio-Ambiente; outro, relativo a essa ação, justificando a intenção pelo fato de que a fusão colocaria “um fim na indústria das multas” (Bolsonaro, 2018)¹⁷; o terceiro coloca a questão ambiental – mais especificamente o que o candidato chama de ativismo ambiental – tal como em seu programa de governo, como um entrave ao desenvolvimento do país. No caso do *tweet*, como um entrave ao turismo brasileiro: “O Brasil tem potencial turístico ímpar no mundo, porém sufocado pela violência, falta de infraestrutura e ativismo ambiental” (Ibidem)¹⁸. Os pronunciamentos também expõem a reiteração de uma retórica populista de crise, comuns aos posicionamento encontrados no programa de governo, e, mais uma vez, o seu objetivo de expansão do que aqui atribuímos ao conceito de *terra nullius*.

Já os termos indígena, quilombo e quilombola, ao contrário do (não) encontrado no programa de governo, aparecem sete vezes no *Twitter* e cinco vezes no *Facebook*. Percebe-se pela análise dos pronunciamentos dois principais objetivos (em uma primeira apreciação, antagônicos) no conjunto de *posts* analisados: deslegitimar e desacreditar o processo de demarcação das terras indígenas e quilombolas – momento em que nos deparamos com a formulação da elite a quem o populismo de Bolsonaro se opõe em termos morais (no que tange as questões agrárias); e apresentar sua candidatura como tendo o respaldo dos povos indígenas e comunidades quilombolas (em termos retóricos, como um todo).

Cito aqui exemplos destes trechos: “A Sra. Chefe do MP, antes de denúncias infundadas, deveria conhecer o processo de criação de quilombolas [sic], visita-los e entender o que significam. Em muitos casos, nossos irmãos ficam reféns de ‘chefes’, sem liberdade para até

¹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/1274521969363453>

¹⁷ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/973880465991008256>

¹⁸ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1041626313013035008?lang=pt>

mesmo trabalhar a terra” (Bolsonaro, 2018)¹⁹ ou “Porque a esquerda potencializou demarcações de terras indígenas, quilombolas, etc.” (Ibidem)²⁰, cujos vídeos a que se encontram associados apresentam reportagens que retratam supostas fraudes nos processos de demarcações de terras indígenas e quilombolas durante os governos anteriores. Tais assertivas visam, assim, associar o processo legal de demarcação de terras à elite política anterior, na visão do candidato, uma elite de esquerda e corrupta, objetivando, por fim, desacreditar e deslegitimar a importância das demarcações *per se*.

Mais uma vez encontramos em seu discurso uma espécie de cruzada às instituições- parte do sistema democrático liberal (aos órgãos não eleitos pela maioria), tal como vimos na seção anterior. Mais do que isso, vislumbramos aqui a quem é atribuído o papel da “elite corrupta” (Mudde, 2003) em Bolsonaro – aos governos petistas anteriores, aos órgãos até 2016 subordinados a este executivo e a uma ideia de ‘esquerda’ vaga e abrangente. Como encontramos nos trechos apresentados, nos termos de Mudde e Kaltwasser (2017), “este ímpeto antielitista caminha lado-a-lado com uma crítica às instituições, tais como partidos políticos, grandes organizações, e burocracias, que são acusadas de distorcer o ‘verdadeiro’ elo de ligação entre líderes populistas e ‘as pessoas comuns’” (2017: 11).

Ao mesmo tempo, os pronunciamentos de Bolsonaro no *Twitter* e *Facebook* relacionados aos povos indígenas e comunidades quilombolas buscavam contornar a imagem que vinha sendo desenvolvida a volta de seus discursos e, indo de encontro à caracterização da ideologia populista enquanto homogeneizadora, tal como Mudde (2003) a caracteriza, procura expor a diversidade de apoios que têm em meio à população brasileira. Nos dois pronunciamentos que se vê nas imagens abaixo, argumento que Bolsonaro busca transmitir a ideia de que a constituição de povo em seu governo reconhecera a incontornável existência de coletivos heterogêneos. Nos termos de Laclau (2005), “se (...) a heterogeneidade é primordial e irreduzível, se mostrará a si mesma, em primeiro lugar, como *excesso*²¹” (2005: 277). Assim, refletindo sob a lógica da construção de povo para o filósofo argentino, entendemos que em suas redes sociais o que o candidato então buscava era construir hegemonicamente uma unidade – “união de todos brasileiros” (Bolsonaro, 2018) – a partir do heterogêneo. Construção esta que, a considerar o restante de nossa análise, em nada reverteria a já historicamente estabelecida centralidade da propriedade privada e a hegemonia do agronegócio no âmbito das relações agrárias do país. Assim, a atuação do candidato em suas redes sociais demonstra apenas que

¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1050263308455988>

²⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1065262856956033>

²¹ Grifo no original.

seu construto populista, tal como em qualquer processo real, pressupõe uma fronteira política em que “uma oposição pura exterior/interior” (Laclau, 2005: 192) não existe – as fronteiras políticas são, portanto, antes “flutuantes” que imóveis (Ibidem), mas não por isso voláteis em seu propósito.



Imagem 1. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2053595561347024>

Imagem 2. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1011702288002572290>

Assim como no texto analisado na seção anterior, as declarações acerca da questão agrícola e da propriedade privada estão em maioria ao longo dos pronunciamentos do então candidato em 2018 – perfazendo 30% e 37% das passagens analisadas, respectivamente. Vemos, aqui, conteúdo e estrutura linguística utilizada para abordar a propriedade privada, bem como sua associação premente à questão da segurança, corroborarem a hipótese de que a comunicação de Bolsonaro acerca das questões ligadas à terra – representada majoritariamente pelo entendimento da mesma enquanto propriedade privada – posiciona-se dentro do espectro populista traçado no programa de governo de seu antigo partido. A diferença, entretanto, revela-se na tentativa de construir um apelo popular que reconheça seus “excessos”, não abrindo mão, entretanto, da hegemonia que lhe convém.

Considerações finais: alteridade cultural radical e o espaço agrário brasileiro

Em “‘Transformação’ na antropologia, transformação da ‘antropologia’”, Eduardo Viveiros de Castro escreve-nos acerca da crescente importância da natureza na política e sua não dissociação da cultura, sobre a “força revolucionária” (2012: 155) da alteridade e da multiplicidade e, assim, sobre a crescente importância do que chama de “politização ativa da natureza” (Ibidem: 152). Cita como exemplos destas forças “o debate no Congresso sobre a reforma do Código Florestal, ou a mobilização contra a construção de Belo Monte, ou a campanha do MST a favor da produção agroecológica” (Ibidem). Dentro desta tessitura teórica,

o conceito de multinaturalismo presente em seu histórico de trabalho resume-nos esse pensamento, ali costurado à ideia de alteridade cultural radical, que “reconhece outros modos de existência que o nosso; justifica uma outra prática da vida, e um outro modelo do laço social; distribui diferentemente as potências e as competências do corpo e da alma, do humano e do extra-humano” (Ibidem: 158).

É a partir desta abordagem que esse estudo perspectiva a ‘questão da terra’, espaço em que coexistem diferentes relações que compõem as paisagens agrárias. Aqui, entendemos que o vocábulo ‘terra’ comporta uma espécie de equivocação (Viveiros de Castro, 2018 [2004]) e, nesse sentido, devemos sempre pensar sua tradução e análise não a partir da busca por sinonímias, mas, ao contrário, de forma a “evitar perder de vista a diferença escondida dentro de ‘homônimos’ equivocais” (2018 [2004]: 252). O termo, portanto, compreende em si diferentes existências, e ressaltar estas diferenças deve fazer parte do diálogo político – diálogo este que pressuponha uma comunicação “por diferenças, ao invés de silenciar o Outro presumindo uma univocalidade – a similaridade essencial – entre o que o Outro e Nós estamos dizendo” (Viveiros de Castro, 2018 [2004]: 255).

Nesse sentido, o olhar desta pesquisa sobre a terra tem no populismo, tal como mobilizado nesta análise, perspectivas teóricas antagônicas. O que vemos no conteúdo analisado é, a partir da construção retórica da campanha eleitoral de 2018, uma tentativa de “univocalizar” o meio agrário brasileiro sob a hegemonia do agronegócio, delinear as fronteiras políticas de forma que o “povo-mercadoria” (Kopenawa e Albert, 2015) e sua ontologia-mercantil (Almeida, 2013) se tornasse portador de uma vontade geral unificada (Mudde, 2003). Entendo, assim, que o programa de governo e redes sociais de Bolsonaro analisados neste trabalho renunciavam a continuação e exponencialização de um tipo específico de “*encontro*” entre ontologias, descrito por Mauro Almeida como “um ato de guerra ontológica, que destrói redes-de-vizinhança e coloca no lugar delas redes-de-mercado” (2013: 20).

E, ainda que considerando a importância da heterogeneidade social na construção desta unidade, reconhecendo a impossibilidade de uma homogeneidade total, tal como vislumbrado pela construção populista em Laclau (2005) e aparentemente reconhecida na base política do discurso de Bolsonaro em suas redes sociais durante o ano eleitoral, argumento que continua a haver aqui uma incompatibilidade entre esta construção e a existência destas alteridades. Bolsonaro incorpora em seu discurso político alguma dessa *heterogeneidade social*, mas o eixo central de seu populismo o qual reiteradamente compromete-se em defender de toda e qualquer ameaça e a articulação hegemônica que privilegia a ontologia-agromercantil enquanto “parte

que é²² o todo” (Laclau, 2005: 279) implicam, ao mesmo tempo, na renúncia da *multiplicidade de outros mundos* presente no meio agrário do país.

Ainda em 2014, Danowisk e Viveiros de Castro denunciavam que “a fúria, somada a cobiça, dos que necessitam da inexistência da alteridade, vem se traduzindo em uma concertada ofensiva, por vias legais e ilegais, legislativas como criminosas, dos grandes proprietários rurais – e de seus sócios, e seus clientes, e seus patrões - contra os índios e demais povos tradicionais do país” (2014: 157). Em suma, argumento que a comunicação populista empregada pelo então candidato em campanha veio a corroborar essa necessidade de “inexistência da alteridade”, ameaçando os próprios coletivos representativos desta diversidade. Previa-se, por fim, que a securitização do discurso que opõe estas dimensões e defende a terra unicamente enquanto propriedade privada e como meio exclusivo da produção capitalista, tenderia a colocar em risco os atores que possuem outra relação cosmológica com o espaço que coabitam. Os instrumentos de proteção propostos pelos discursos de segurança²³ indicavam que viria a aumentar a vulnerabilidade de seus opositores – o outro lado da fronteira política –, cuja história de resistência à acumulação do capital (Luxemburg, 1970 [1913]: 317) remonta os primórdios mesmo da ontologia-mercado²⁴.

Entretanto é preciso reiterar que conquanto o discurso analisado tenha tido o sucesso eleitoral ambicionado, é também necessário não o compreender como uma totalidade absoluta – como uma superfície lisa e preenchida (Latour, 1994:124), e assim evitar que este mesmo discurso apresente-se ‘formidável’ ou ‘invencível’ (Ibidem). Será então primordial olhar para o agrário a partir de sua intrincada rede, ressaltar sua diversidade e divergências (antes de sua paridade, equivalências e orquestração hegemônica). Assim, para concluir este ensaio, considero oportuno mencionar a reflexão de Mauro Almeida acerca da “morte do campesinato” – em verdade, acerca da morte de uma narrativa política unificada do agrário (2007: 166):

está em curso uma nova reforma agrária, por assim dizer transfigurada em uma pluralidade de movimentos e de questões e trazendo consigo novos recortes da luta pela redistribuição do espaço natural-humano (...). Para

²² Grifo no original.

²³ O programa de governo analisado propõe reformular o Estatuto do Desarmamento e defende a possibilidade de utilização de armas de fogo para proteção da propriedade privada (PSL, 2018: 32). A defesa do excluído de ilicitude por parte da polícia e da legítima defesa por parte da sociedade civil aparecem na mesma página do programa que as referidas passagens acerca da não relatividade da propriedade privada e do enquadramento das ocupações rurais e urbanas como ato de terrorismo. Nas redes sociais, temos pronunciamentos como este: “Esta ameaça vai ser transmitida pela mídia ou só quando eu responder como defenderei minha família e propriedade, e então tentarão me imputar novamente como o maior vilão do universo? (...)” (Bolsonaro, 2018). Com efeito, os frutos da árvore da vida, guardados por querubins com espada de fogo (Gn 3, 24), dão lugar ao “fruto da vida” (PSL, 2018), guardados pelo “povo-mercador” e suas armas de fogo.

²⁴ Como afirma Locke em uma conhecida passagem, “no início, toda terra era uma América” (1690: cap. 5, sec. 49).

alguns, esse movimento plural significa uma perigosa negação do universalismo das lutas sociais unificadas sob a égide da modernidade. Para nós, contudo, significa a recuperação da diversidade social e política muitas vezes reprimida no passado (Ibidem: 180).

Se a eleição de Bolsonaro representa uma investida contra esta ‘força revolucionária da multiplicidade’, a resposta a ela também é uma realidade²⁵. Essa reflexão ficará, porém, para uma outra etapa de pesquisa²⁶.

²⁵ Lembrando Foucault em Cammaerts, “enquanto o poder (e a vigilância) é omnipresente, também o é a resistência” (2015: 107).

²⁶ O trabalho aqui apresentado faz parte de uma das etapas da pesquisa que se está a desenvolver para a tese do programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação do CIES. Esta buscará cruzar os discursos de campanhas eleitorais em debates televisivos e na rede social *Twitter* de 2010 a 2018 e a transformação da comunicação (enquanto prática e campanha) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no mesmo período.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. (2016). “Desenvolvimento entrópico e a alternativa da diversidade”. *Ruris, Campinas*, v. 10, n. 1, p. 19-39.

_____. (2013). “Caipora e outros conflitos ontológicos.” *Revista de Antropologia da UFSCar, São Carlos*, v. 5, n. 1, p. 7-28, jan.-jun, 2013

_____. (2007). “Narrativas agrárias e a morte do campesinato”. *Ruris, Campinas*, v. 2, p. 157-186.

BÍBLIA, A.T., Gênesis, Almeida Revista e Corrigida. (2001). Sociedade Bíblica de Portugal.

CAMMAERTS, Bart. (2015). “Technologies of Self-Mediation: Affordances and Constraints of Social Media for Protest Movements”. Uldam, J. et al. (Eds.), *Civic Engagement and Social Media*, Palgrave Macmillan, pp. 87-110.

CESARINO, Leticia. (2020). “Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil”. *Internet & Sociedade*, n. 1, v. 1, pp. 91-120, fev.

_____. (2018). Populismo digital: roteiro inicial para um conceito, a partir de um estudo de caso da campanha eleitoral de 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38061666/Populismo_digital_roteiro_inicial_para_um_conceito_a_partir_de_um_estudo_de_caso_da_campanha_eleitoral_de_2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (2017). “Anti-domestication in the amazon: swidden and its foes”. *Cambridge Workshop Science in the Forest, Science in the Past June 2*.

DALBY, Simon. (1997). “Contesting an Essential Concept: Reading the Dilemmas in Contemporary Security Discourse”. In. Krause, Keith & Williams, Michael. *Critical Security Studies*. London: UCL Press.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2014). *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie - Instituto Socioambiental

DE LA CADENA, Marisol. (2018). “Natureza incomum: histórias do antrope-cego”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil*, n. 69, p. 95-117, abr.

FIGUEIREDO, Tatiana Silva Poggi de. (2009). “Do liberalismo ao neoliberalismo: as influências do ideário liberal na conformação da Escola de Chicago”. *Leituras de economia Política, Campinas*, (15): 97-127, jan./dez.

GERBAUDO, Paolo. (2019). *The Digital Party – Political Organization and Online Democracy*. Londres: Pluto Press.

_____. (2018). “Social media and populism: an elective affinity?”. *Media, Culture & Society*, 40(5), pp. 745–753.

GIDRON, Noam; BONIKOWSKI Bart. (2013). “Varieties of Populism: Literature Review and Research Agenda”. Weatherhead Working Paper Series, No. 13-0004. Disponível em: <https://scholar.harvard.edu/gidron/publications/varieties-populism-literature-review-andresearch-agenda>

HARVEY, David. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Nova Iorque: Oxford University Press.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.

LACLAU, Ernesto. (2010). *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. (Edição original: 2005)

LATOUR, Bruno. (1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34.

LOCKE, John. (1690). *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Editora Vozes.

LÖWY, Michael. (2011). “Sobre o conceito de ‘afinidade eletiva’ em Max Weber”. Lucas Amaral de Oliveira e Mariana Toledo Ferreira (Trad.), *Plural - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v.17.2, 2011, pp.129-142. (Edição original: 2004)

LUXEMBURG, Rosa. (1970). *A acumulação do Capital*. Tradução de Moniz bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores (Edição original: 1913)

MELLO, Marcos Paulo Campos Cavalcanti de. (2018). *Os sentidos da reforma agrária no lulismo*. 258 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MUDDE, Cas. (2004). “The Populist Zeitgeist”. In. *Government and Opposition* (pp. 541-563). Oxford: Blackwell Publishing

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. (2017). *Populism: a very short introduction*, New York: Oxford University Press

ROSANVALLON, Pierre. (2018). “Pensar o populismo”. Tradução de André Magnelli. Blog do Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social, 03 de julho. (Texto original: 2011)

SANTOS, Antônio Bispo dos. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa.

TSING, Anna Lowenhaupt. (2019). Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno. Edição Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. Brasília, DF: IEB Mil Folhas.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2018). A antropologia perspectivista e o método de equivocação controlada. Tradução Marcelo Gacomazzi Camargo e Rodrigo Amaro. *Aceno-Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 5 (10): 247-264, agosto a dezembro de 2018 (Texto original: 2004)

_____. (2012). “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”, *Mana*, 18(1), 151-171.

WAISBOARD, Silvio. (2018). “Why Populism is Troubling for Democratic Communication”. *Communication, Culture and Critique*, Volume 11, Issue 1, Pages 21–34

Fontes

BOLSONARO, Jair. (2018). *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/>

_____. (2018). *Twitter*. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/>

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014. Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal.

EICHENBERG, Fernando. (2013). Antropólogo francês Bruno Latour fala sobre natureza e política. *O Globo*. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/antropologo-frances-bruno-latour-fala-sobre-natureza-politica-519316.html>

PSL. (2018). O Caminho da Prosperidade. Programa de Governo.

SANTOS, Antônio Bispo dos. (2020). Metafísica na Rede Debate: Cosmopolítica e Cosmofobia. Debate com Marcio Goldman e Antônio Bispo dos Santos. Mediação Priscila Borges e Vânia Silva. Organização Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Metafísica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBlhkKzzHmo>

SARDINHA, Edson. (2018). Com 261 parlamentares, bancada ruralista declara apoio a Bolsonaro. *Congresso em Foco*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/com-261-parlamentares-bancada-ruralista-declara-apoio-a-bolsonaro/>